

COLONIZAÇÃO E CIDADES EM MATO GROSSO

Msc. JOSIANI APARECIDA DA CUNHA GALVÃO*

A Colonização no Brasil e em Mato Grosso tem sido alvo de estudos com a intenção de compreender a formação econômica e social do território brasileiro. E, nesse aspecto, vale observar Prado Júnior (1999:32), onde assinala que “o sentido da evolução brasileira que é o que estamos aqui indagando, ainda se afirma por aquele caráter inicial da colonização”. E nesse aspecto vale dizer que a colonização constituiu e constitui-se em um grande negócio nos casos brasileiro e mato-grossense.

A política de colonização no Brasil estava baseada em uma ideologia de ocupação dos vazios demográficos que deveriam ser incorporados ao mercado capitalista. O governo utilizou a colonização no Brasil como estratégia para o povoamento e a exploração econômica de “novas terras”, com a finalidade de ocupar espaços que tinham pouca ou quase nenhuma densidade populacional no interior do país. Desconsiderava-se, porém, nos programas de colonização, que nesses espaços vazios morava uma população indígena, como também “garimpeiros, posseiros, além de povos e comunidades tradicionais representados por extrativistas, pescadores, quilombolas e ribeirinhos.” (MENDES, 2012:201).

Este artigo centra o foco nos aspectos centrais da problemática, tendo em conta trazer aspectos que precisavam ser revisitados, em busca de novas ideias a respeito da questão.

1 - O CONCEITO DE COLONIZAÇÃO NO BRASIL

Pode-se dizer, sinteticamente, que colonização é o povoamento com planejamento, seja ele público ou privado; uma das formas mais frequentes de direcionar os movimentos populacionais para regiões de fronteiras.

A colonização no Brasil, segundo Mendes (2012:201), “[...] sempre foi utilizada como estratégia governamental para o povoamento e exploração econômica de novas terras, sob responsabilidade oficial ou privada, que busca encaminhar levas humanas para ocupar

* Especialista em Urbanismo e Mestre em Arquitetura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ; Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Engenharia, da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT – *Campus* de Barra do Bugres. Contato. josianiaddor@hotmail.com.br

espaços com pouca densidade populacional no interior do país [...]”. Enquanto processo, para um povoamento dirigido, é resultado de decisão governamental definida em planejamento. A fim de entendermos como ocorreu a colonização em Mato Grosso, torna-se necessário revisarmos o conceito de colonização.

O conceito de colonização é definido, por Moreno e Higa (2005:52-53), como “[...] processo de ocupação e valorização de áreas disponíveis para o povoamento e exploração econômica [...]”. A colonização é, também, “[...] um processo indissociável da migração. A migração envolve múltiplos condicionantes de natureza econômica e social, e também causas subjetivas, de difícil avaliação”.

A autora ressalta, como traço marcante da sociedade brasileira, a concentração da terra e da renda que aparece na origem do processo de expropriação/migração, este último com características diferentes nas regiões onde ocorre, devido ao desenvolvimento capitalista no campo ter se dado de forma desigual.

Entre a expulsão de pequenos produtores e seu deslocamento para outras localidades que se apresentam como áreas de atração, considerando serem impedidos de terem acesso a terra nas suas áreas de origem, os pequenos produtores partem em busca de novas terras, onde possam reproduzir as relações de produção, baseadas no trabalho familiar. A valorização da terra como mercadoria motiva esses pequenos produtores a venderem sua terra, valorizada, e comprarem posteriormente terras mais baratas, porém mais distantes, devido o avanço da fronteira agrícola. (MORENO e HIGA, 2005:53)

Nesse sentido, afirma que:

[...] a **colonização se apresenta como alternativa possível de acesso à terra**, tanto aos pequenos trabalhadores rurais expropriados, aos quais o acesso é viabilizado por meio dos projetos oficiais, quanto aos médios produtores mais capitalizados, por meio de projetos particulares. Por sua vez, grandes grupos econômicos passam a atuar nas novas áreas como empresários, **implantando projetos agropecuários ou de colonização** em terras adquiridas a preços baixos, à espera de valorização ou que foram adquiridas aproveitando as facilidades proporcionadas pelas políticas governamentais. (grifo nosso) (MORENO e HIGA, 2005:53)

Considerando tal contexto, será visto neste trabalho como a colonização foi sendo consolidada, atingindo seu objetivo, qual seja o de ocupar e explorar as “novas terras”, e que resultou em novos municípios em Mato Grosso.

2 A POLÍTICA DE COLONIZAÇÃO E OCUPAÇÃO DE TERRAS NO BRASIL - DO SÉCULO XIX AO INÍCIO DO SÉCULO XX

Até 1822 vigorou no Brasil o sistema de Sesmarias, que “regulava a forma de distribuição de terras para aqueles que desejassem cultivá-la.” Em 1824 D. João VI “deu início ao processo de colonização com imigrantes europeus, promovendo o deslocamento dos primeiros alemães, para a Colônia de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul.” A partir de 1850 a Lei de Terras passou a regular e controlar o acesso à terra, e a partir dessa data sua posse só poderia ocorrer através da compra. A mudança do “regime de trabalho escravo para o regime de trabalho livre, levou o governo e os grandes proprietários de terras, sobretudo os grandes produtores de café, a criar uma legislação que impedisse ou pelo menos dificultasse a posse imediata dessas áreas pelos imigrantes.” (BARROZO, 2008:15)

Durante o governo imperial e no século XIX, foram criados “vários núcleos de imigrantes europeus no Rio de Janeiro (Nova Friburgo, Petrópolis e Teresópolis), no Rio Grande do Sul (Caxias, Farroupilha), em Santa Catarina, em São Paulo e no Espírito Santo.” Dom Pedro era favorável à colonização “com a distribuição de terras para as famílias, contrariando os interesses dos cafeicultores paulistas, que queriam canalizar os imigrantes exclusivamente para as fazendas de café...” O fluxo migratório de migrantes europeus para o Brasil a partir de 1870 até as primeiras décadas do século XX intensificou, principalmente para serem absorvidos como colonos e/ou trabalhadores em fazendas de café. (BARROZO, 2008:16)

Após a Primeira Guerra Mundial e até a Segunda Guerra, diminuiu o fluxo migratório devido limitações dos governos para a imigração estrangeira. Frente a tal situação, no governo de Getúlio Vargas foram redirecionados os fluxos migratórios do Nordeste para o centro-sul do Brasil, principalmente para as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, para substituir a mão-de-obra estrangeira. (BARROZO, 2008:16)

A Revolução de 1930 marcou “a passagem de uma sociedade agrária para uma sociedade urbano-industrial...”, e o Estado substituiu a imigração estrangeira por uma “política de colonização em proveito das populações nacionais”. Como consequência da institucionalização pelo governo Vargas do processo de colonização, a expansão da fronteira agrícola chegou a alguns estados como o de Mato Grosso. (BARROZO, 2008:24)

3 A POLÍTICA DE COLONIZAÇÃO EM MATO GROSSO NO PERÍODO DE 1940 A 1950

A colonização esteve sempre presente na realidade mato-grossense no último século. A partir de 1930, com a política de colonização de Getúlio Vargas, quando se criaram as chamadas “colônias nacionais” do programa “Marcha para o Oeste”, começou “a escalada da política colonizadora, com uma nova fase econômica para o Estado de Mato Grosso.” (CASTRO et al, 1994:69-70)

O primeiro programa oficial de colonização foi o projeto lançado no período da ditadura do Estado Novo (1937-1945) intitulado “Marcha para Oeste”, projeto governamental que buscava ocupar e integrar as regiões de Goiás, Mato Grosso e Amazônia ao restante da nação. A proposta do governo incluía a construção de estradas, aeroportos e núcleos de colonização. O programa iniciou em junho de 1943 com a Expedição Roncador-Xingu, cujo propósito era o de atingir Manaus pelo território mato-grossense abrindo caminho para posterior ocupação. No rastro da Expedição Roncador-Xingu, chefiada pelo Cel. Flaviano de Matos Goiana, surgiram 43 agrovilas sendo algumas delas se transformado em sedes de município, a partir da década de 70. (MENDES, 2012:201)

Em 1943 foi criada a Fundação Brasil Central, instituição incorporada à Expedição Roncador-Xingu, cujos objetivos eram de empreender a marcha para o oeste do Brasil iniciando um processo de reconhecimento bem como de povoamento da região, “criando condições infraestruturais, a fim de que os migrantes adentrassem e se fixassem nesse território.” (SIQUEIRA, 2002:231).

Entre as décadas de 1940 e 1950, ainda incentivados pela política da Marcha para Oeste e devido à existência de terras devolutas disponíveis, adotou-se uma política de colonização com a implantação de núcleos de povoamento e produção agrícola. Segundo Piaia (2003:27), colônias agrícolas nacionais foram criadas baseadas em pequenas e médias propriedades rurais, sendo em Mato Grosso implantada a colônia de Dourados, Taquari-Mirim e Ministro João Alberto (hoje Nova Xavantina).

O Departamento de Terras e Colonização (DTC) foi criado com o fim de controlar a venda de terras públicas e a concessão de títulos de propriedades, bem como a Comissão de Planejamento da Produção (CPP), com objetivo de atrair empresas colonizadoras para Mato Grosso.

Dentre os projetos de colonização instituídos por empresas privadas, o mais relevante foi o implantado no Vale do São Lourenço, pela Colonizadora Industrial, Pastoril e Agrícola

Ltda (Cipa) que deu origem aos municípios de Jaciara, Juscimeira e São Pedro da Cipa. Tinha como objetivo instalar colonos japoneses vindos do estado de São Paulo para produzir alimentos e extrair látex das seringueiras. Frente às adversidades enfrentadas, os colonos abandonaram o projeto em meados da década de 1970. (MENDES, 2012:203)

A partir de 1950 redefiniu-se a política de ocupação e colonização de Mato Grosso “visando a incorporação da fronteira agrícola da região à economia nacional” com a pretensão de absorver excedentes populacionais de outras regiões brasileiras como também ocupar terras através da colonização privada. (CASTRO et al, 1994:72)

Na década de 1950 a Empresa Colonizadora Rio Ferro Ltda adquiriu áreas (200.000 ha) onde hoje pertence ao município de Feliz Natal. A Colonizadora Noroeste Mato-grossense Ltda (Conomali), que implantou a Gleba Arinos, atraiu migrantes gaúchos que chegaram na região em 1956. Desmembrado de Diamantino, o projeto de colonização foi emancipado em 1963 com o nome de Porto de Gaúchos. (MENDES, 2012:203)

Em 1953 foi criada a Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA) para contribuir com o aumento do interesse pelas terras mato-grossenses, objetivando a apropriação dos recursos naturais da chamada Amazônia Legal, tanto no que dizia respeito às riquezas minerais como às vegetais. A partir do Plano de Metas, adotado no governo do Presidente Juscelino Kubitschek (1955-1960), a venda das terras mato-grossenses e amazônicas se intensificou. (SIQUEIRA, 2002:232-233)

Ao final dos anos 50 e início dos 60, a construção e posterior transferência de Brasília pelo presidente Juscelino Kubitschek, e a abertura de rodovias na região, atraíram significável contingente populacional devido a facilidade de deslocamento encontrada pelos migrantes em direção ao Brasil Central e Amazônia. (BARROZO, 2008:19)

4 A POLÍTICA DE COLONIZAÇÃO EM MATO GROSSO A PARTIR DE 1960

A política de colonização foi retomada no regime militar com objetivo estratégico de integrar a Amazônia e o Centro-Oeste a outras regiões do país baseada na ideologia de segurança e desenvolvimento nacional. O Estatuto da Terra (LEI no. 4505/64) legitimou ações de regularização pelo governo federal nos Estados, que se desenvolveram articuladas aos diversos programas de desenvolvimento regional (PIN, Proterra, Poloamazônia,

Polocentro, Polonoroeste) implantados nas áreas que compõe a Amazônia Legal. (MORENO; HIGA, 2005:61)

Até 1960, a população da fronteira do norte de Mato Grosso era de 62.478 habitantes, distribuída em cinco municípios: Barra do Garças, Chapada dos Guimarães, Rosário Oeste, Diamantino e Aripuanã. Após 1960 ocorre intenso processo de transformação econômica que por serem novos espaços incorporados ao processo produtivo e integrados ao mercado nacional, passou a ser caracterizado como “fronteira capitalista recente”. A ocupação dessa fronteira agrícola intensificou-se na década de 1970, atraindo fluxos migratórios do Centro-Sul e Nordeste para essa região.

A partir de 1964, no governo militar, é dada nova orientação com relação à ocupação das terras: “O Governo Federal, através de incentivos fiscais e crédito facilitado, privilegia a instalação de amplos latifúndios cujos proprietários são, na maioria das vezes, empresários do Centro-Sul.” Para garantir e proporcionar infraestrutura básica para se desenvolver, o poder público criou órgãos específicos para apoiar tais atividades: o Banco da Amazônia S/A (BASA), Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), e Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). (PIAIA, 2003:28)

No período de 1960 e 1970, o DTC, a Companhia de Desenvolvimento de Mato Grosso (CODEMAT) e o Instituto de Terras de Mato Grosso (INTERMAT) executaram projetos de colonização e assentamentos situados no Vale do Guaporé, Jaurú e na Baixada Cuiabana, restringindo-se à distribuição de lotes. Com o tempo os assentados abandonaram os lotes devido ausência de infraestrutura adequada e de uma política de crédito e de assistência técnica. (BARROZO, 2008:23)

A partir da década de 1970 ocorreram dois tipos de colonização em Mato Grosso: a colonização oficial ou dirigida e a particular, sendo que esta última predominou no território mato-grossense, opção esta feita pelos órgãos governamentais estatais, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e CODEMAT, incumbidos de promover e organizar a ocupação das terras devolutas estaduais e em repassar a colonização da Amazônia Mato-grossense às companhias colonizadoras. As empresas e cooperativas que adquirissem áreas para implantar projetos de colonização “recebiam do Estado a concessão para a venda dos lotes, ficando obrigadas a montar a infraestrutura básica para o assentamento dos colonos, sendo para isso favorecidas por fundos públicos.”(MENDES, 2012:206)

Nos projetos de colonização privada implantados em Mato Grosso na década de 1970 predominavam agricultores vindos do sul do Brasil, reproduzindo em território mato-grossense padrão sulista de colonização baseado na fundação de cidades, divisão e venda de lotes rurais e urbanos e seleção de colonos, que deveriam dispor de uma reserva de capital para participar do empreendimento. (BARROZO, 2008:23).

Empresas colonizadoras e cooperativas começaram a se instalar no norte de Mato Grosso no período posterior a 1972, devido incentivos e subsídios que passaram a ser concedidos pelo governo, como a venda de grandes extensões de terra a colonizadoras privadas, a preços irrisórios. Dentre elas destacam-se os projetos de Canarana na região do Araguaia; Sinop na rodovia Cuiabá-Santarém, e Alta Floresta no Vale do Teles Pires. Para solucionar problemas de conflito entre os agricultores e a população indígena no Rio Grande do Sul, o INCRA implantou alguns projetos de colonização oficiais em Mato Grosso, entre os quais destacamos Terranova, Lucas do Rio Verde e Guarantã. (MENDES, 2012:206-207).

O INCRA fez parceria com cooperativas privadas de colonização na instalação de alguns projetos desempenhando papel importante no processo de colonização, e responsável por diversos projetos onde se fixaram migrantes que aqui chegaram. Segue abaixo alguns projetos de colonização cuja responsabilidade pela implantação é do INCRA:

- **PAC** – Projeto de Ação Conjunta entre o INCRA e a Cooperativa Tritícola de Erechim Ltda., localizado em Peixoto de Azevedo, ao longo da rodovia Cuiabá-Santarém.
- **PA** – Projeto de Assentamento Braço Sul no extremo Norte de MT, nas margens da rodovia Cuiabá-Santarém.
- **PAC** – Projeto de Assentamento Conjunto Ranchão, localizado no município de Nobres.
- **PAC Carlinda** – projeto em conjunto com a Cooperativa Cotia (RS) no sul de Alta Floresta.
- **PEA** – Projeto Especial de Assentamento, localizado em Lucas do Rio Verde, ao longo da Cuiabá-Santarém.
- **PAR.Canãa** – município de Nova Canãa.
- **PAR. Telles Pires** – no município de Colider.
- **PAR. Cerro Azul** – no município de Pontes e Lacerda.
- **PAR. Sete de Setembro** – em Aripuanã. (PIAIA, 2003:30)

A maioria dos migrantes se fixou em Mato Grosso em projetos de colonização implantados por empresas particulares; os mais conhecidos são:

- **Porto dos Gaúchos** – colonizado por Conomali, no final da década de 50 e durante a de 60, em terras dos índios “Beijo-de-Pau”, quase inteiramente dizimados.
- **Canarana** – colonizado pela Cooperativa 31 de Março Ltda., de Tenente Portela (RS), no início da década de 70, em terras dos índios Xavante, no Araguaia mato-grossense, hoje deslocados para a Reserva Indígena Pimenta Bueno.
- **Água Boa** – colonizado pela CONAGRO, do “pastor Norberto Schwuantes”, em meados dos anos 70, e também localizado em território Xavante, que foram deslocados para a Reserva Indígena Areões. É da mesma empresa o Projeto Koluene, em terras dos índios da Reserva de Paramabure, também em Água Boa.
- **Nova Xavantina** – também colonizado pela CONAGRO, em meados de 70, ainda em território Xavante, hoje Reserva Areões e/ou São Marcos ou Sangradouro.
- **Vila Rica** – da Colonização Vila Rica, no extremo nordeste de Mato Grosso, próximo ao Pará, no Vale do Araguaia.
- **Nova Mutum** – colonizado pela Mutum Agropecuária S.A., localizado no eixo da Cuiabá-Santarém, nos municípios de Diamantino e Nobres.
- **Sorriso** – da Colonizadora Sorriso, localizado no município de Sorriso, desmembrado de Nobres, também no eixo Cuiabá-Santarém.
- **Sinop e Vera** – da Colonizadora Sinop, localizados nos municípios de Sinop e Vera (entre os mais antigos projetos do Estado), sendo Sinop hoje uma das principais cidades do norte do Mato Grosso.
- **Marcelândia** – da Colonizadora Maiká, no município de Marcelândia, desmembrado de Sinop, distante cerca de 100km a leste da Cuiabá-Santarém.
- **Matupá** – da Colonizadora Agropecuária Cachimbó em Guarantã do Norte, em terras dos Kreen-Akaroré.
- **Alta Floresta, Paranaíta e Apiacás** – da Colonizadora Indeco, do Sr. Ariosto da Riva, localizadas nos municípios de Alta Floresta (Alta Floresta e Apiacás) e de Paranaíta, em terras dos índios Apiaká, hoje na reserva próxima ao rio dos Peixes,
- **Nova Bandeirantes** – da Colonizadora Bandeirantes, fica também na porção oeste do município de Alta Floresta.
- **Colíder** – colonizado pela Colider S.A., uma empresa que grilou as terras loteadas, tendo o INCRA assumido posteriormente a regularização dos títulos (...).
- **Terra Nova** – colonizado pela COPERCANA, empresa de colonização criada pela Cooperativa de Canarana, que sucedeu à Cooperativa 31 de Março.
- **Copercol** – este projeto foi destinado a assentar colonos gaúchos expulsos das Reservas Indígenas de Nonoai, no Rio grande do Sul. Está localizado no município de Terra Nova do Norte, desmembrado de Colider e, como no projeto de Lucas do Rio Verde, a grande maioria dos colonos que aí se instalaram voltaram para o sul.

5 COLONIZAÇÃO E CIDADES

A colonização se apresentou como alternativa possível de acesso a terra, principalmente aos pequenos trabalhadores, porém, mais que isso e além da colonização no Brasil ter sido utilizada como estratégia governamental para o povoamento e exploração econômica de novas terras, sob responsabilidade oficial ou privada, definida em planejamento, em sua maioria, os projetos de colonização em Mato Grosso deram origem a municípios. O estado de Mato Grosso foi onde houve o maior número de projetos de colonização privada.

Segundo Mendes (2012:211), “os projetos de colonização e a descoberta do ouro no início da década de 1980 constituíram fatores para a atração de um fluxo migratório para o norte de Mato Grosso, responsável, em grande parte, pela urbanização recente ocorrida no estado, que transformou distrito em cidades.” Ressalta ainda que “Essa é uma característica importante do processo de ocupação da fronteira agrícola, planejada a nível das esferas governamentais e pelas companhias colonizadoras para nascer urbanizada.” De 34 municípios em 1970, em 2005 o número de unidades municipais foi para 141, sendo a maioria originários de projetos de colonização. (MENDES, 2012:211)

O mesmo autor assinala que nesses municípios originários de projetos de colonização, “formou-se uma elite agropecuária constituída por migrantes sulistas, representantes de uma clientela mais capitalizada que dispunha de recursos próprios...” e que por isso tinha como manter-se na “compra de terras, pagamento dos empréstimos bancários, financiamento do plantio, compra dos insumos e sementes, aquisição de maquinários, entre outros.”

O processo de formação dessas cidades, frutos de projetos da colonização mais recente, da década de 1980 e baseada no agronegócio, configurada como espaço de pessoas bem sucedidas, como espaço da riqueza, implica em uma cidade marcadamente segregada, com divisões sócio-espaciais agressivas, e concentração de infraestrutura e serviços públicos, e valorização fundiária em áreas centrais do sítio urbano, podendo existir áreas marcadamente segregadas por barreiras físicas visíveis.

BIBLIOGRAFIA

BARROZO, J.C. *Políticas de Colonização: as políticas públicas para a Amazônia e o Centro-Oeste*. In: BARROZO, J. C. (Org.), *Mato Grosso: do sonho à utopia da terra* (15-26). Cuiabá: EdUFMT/Carlini&Caniato Editorial, 2008.

CASTRO, S. P. et al. *A Colonização Oficial em Mato Grosso: “a nata e a borra da sociedade”*. Cuiabá: EDUFMT, 1994.

MENDES, M. A. *História e geografia de Mato Grosso*. Cuiabá: Cafarnaum, 2012.

MORENO, G. *A Colonização no século XX*. In: MORENO, G. e HIGA, T. C.S.(Org.), *Geografia de Mato Grosso: Território, Sociedade, Ambiente*. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.

PIAIA, I. I. *Geografia de Mato Grosso*. 3. ed. ver. amp. Cuiabá: EdUNIC, 2003.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SIQUEIRA, E. M. *História de Mato Grosso: Da ancestralidade aos dias atuais*. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.